

## **Relação Estado e MST: algumas fases e faces**

Marta Inez Medeiros Marques\*

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre a trajetória dos vinte anos de existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), principal movimento social engajado na luta pela terra no Brasil e sua conturbada relação com o Estado brasileiro.

Palavras-chave: MST; Projeto político; Estado brasileiro.

### **MST, Estado e campo político**

Ao longo de sua trajetória, o MST tem se relacionado com o Estado de diferentes maneiras, alternando entre posições de confronto e de negociação. Apresentando-se, a cada governo, ora mais próximo, ora mais distante, e realizando a luta pela reforma agrária em duas frentes, diretamente no terreno e no campo político-institucional. Pode-se identificar três fases na história do movimento com base na forma como ele se relaciona com o Estado.

A primeira fase corresponde ao período de reconstrução democrática do país e vai de meados dos anos 1980 ao início dos anos 1990. A reforma agrária é defendida como um passo importante para a democratização da sociedade brasileira, somando-se a outras lutas que marcam o período.

Apesar da distância existente entre os movimentos sociais e o Estado, o MST não é alvo de repressão política direta. O MST luta por avanços democráticos pela via institucional e utiliza as ocupações de terra, seguidas da formação de acampamentos com centenas de famílias sem terra, como principal mecanismo de pressão.

Em 1985, o Governo Sarney propõe um plano de reforma agrária, que foi alvo de muitas críticas e reajustes, sendo esvaziado em seu alcance político desde o início. Revela-se a situação de impasse a que chegou a questão agrária com a modernização da agricultura: de um lado, tem-se a destruição e ilegitimação de formas tradicionais de dominação e a multiplicação dos conflitos no campo; de outro, a consolidação de uma poderosa confluência

---

\* Professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e Faculty Fellow in the School of International Service of the American University. [mimmar@usp.br](mailto:mimmar@usp.br)

de interesses em torno de negócios envolvendo a terra como mercadoria e como meio de produção (PALMEIRA; LETTE, 1998).

O Estado administra esse impasse por meio de uma conduta que procura conciliar os seus compromissos com as elites envolvidas em negócios agrários com a necessidade de manter a pressão social sob controle, desenvolvendo ações emergenciais e pontuais no campo sem atingir o âmago da questão agrária. Não resta outra alternativa aos movimentos que não a continuação da luta.

Os grandes proprietários de terras, para fazerem frente à combatividade crescente dos trabalhadores rurais, recorrem cada vez mais à violência. Em junho de 1985, é criada a União Democrática Ruralista (UDR), entidade classista não atrelada ao Ministério do Trabalho, que se torna a principal representante dos interesses dos latifundiários no debate nacional travado acerca da questão agrária<sup>1</sup>.

O objetivo declarado da entidade é o de “defender todos os direitos e interesses dos seus associados, com o mesmo porte da ameaça a esses direitos e interesses, com assistência integral, de qualquer natureza” (BRUNO, 1997, p. 50). A UDR identifica a igreja progressista e o MST como seus grandes adversários e incentiva a organização de milícias privadas para o enfrentamento direto em defesa da propriedade, considerando ser a violência inevitável.

Na Constituinte de 1988, a UDR obtém uma vitória importante na votação do capítulo referente à política fundiária e reforma agrária, confirmando a força da bancada ruralista, bloco anti-reformista no Congresso composto por lideranças parlamentares expressivas. É introduzida na constituição a noção de “propriedade produtiva”, isenta de desapropriação<sup>2</sup>.

As forças populares, contudo, também alcançam alguns avanços. A constituição estabelece inovações importantes em favor do homem do campo como o preceito constitucional sobre função social da terra e a extensão da seguridade social ao meio rural. Durante esse período, o MST alia-se à

---

<sup>1</sup> Seu maior articulador e ideólogo, Ronaldo Caiado, é membro de um dos mais tradicionais clãs políticos de Goiás e sua base social é formada predominantemente por pecuaristas do Centro-Sul, grandes beneficiários da modernização conservadora.

<sup>2</sup> No início dos anos 90, a entidade sofre esvaziamento e se auto-dissolve, sendo recriada em alguns estados a partir de 1996, onde tem se verificado grande concentração de ocupações, contribuindo para a escalada da violência. A primeira UDR a ser recriada foi a de Presidente Prudente/SP, em setembro de 1996; a segunda, foi a de Nova Andradina/MS, em janeiro de 1997, seguida da do Sul do Pará, em fevereiro do mesmo ano. (*Folha de S. Paulo*, 22 de fevereiro de 1997).

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT–Rural) em defesa da reforma agrária. Mas, ao mesmo tempo, ele disputa com essas entidades a liderança na luta e ganha reconhecimento como um importante interlocutor entre o Estado e os sem terra.

É na experiência continuada dos embates que se dá a estruturação do MST, com a afirmação de sua autonomia em relação a organizações mediadoras como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a firme disposição para o confronto (TORRENS, 1994). O MST cresce, conquista terras e se organiza em muitas unidades da federação. Fernandes (2000) chama esse processo de territorialização do MST, destacando o caráter estratégico da afirmação de seu domínio sobre as terras conquistadas para seu fortalecimento e realização de seu projeto político. A formação de assentamentos rurais vinculados ao MST abre novas frentes de luta e de relacionamento entre o Estado e o movimento.

O Governo Collor (1990-1992), caracterizou-se por uma forte repressão ao movimento e corresponde a um tempo de muitas dificuldades, que marca a transição para a segunda fase, que analisaremos a seguir.

Na segunda fase, que tem início no primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998), o MST ganha ampla projeção internacional com ações de massa, pressiona fortemente o governo e alcança conquistas pontuais. O crescimento da visibilidade e poder de pressão do MST entram em choque com a política do governo FHC, que adota orientação neoliberal e vai progressivamente transferindo responsabilidades para a sociedade civil, identificada de forma crescente com as organizações não-governamentais. É dada ênfase ao trabalho voluntário e à solidariedade, esvaziando o significado político da participação social, que passa a ser concebida como uma questão de moral individual (DAGNINO, 2004). O Estado, antes responsável por garantir direitos do cidadão, começa a ser visto como um provedor de serviços para seus clientes. A diminuição das responsabilidades sociais do Estado tem sua contrapartida na diminuição do espaço da política, o que leva à marginalização e criminalização dos movimentos sociais. É nesse contexto que a classificação de “movimento político” é utilizada pela mídia e pelo governo como uma forma de acusação e desqualificação contra o MST (DAGNINO, 2004, p. 213).

É significativo lembrar o papel desempenhado por Martins<sup>3</sup>, sociólogo e importante estudioso da questão agrária no Brasil e amigo pessoal do presidente FHC, nesse momento. Martins (2000, p.19-21) acusa o MST de “polarização ideológica” e de “concepção maniqueísta e reducionista política”. Para o autor,

Em grande parte, portanto, o chamado ‘estado mínimo’ tem entre nós as funções de desoligarquizar paulatinamente o Estado e de atribuir à sociedade civil ações e iniciativas que lhe deveriam ser próprias e que foram viabilizadas, embora monopolizadas, pelo Estado, desde, pelo menos a Revolução de 1930. Essa atribuição, porém, implica num novo pacto entre o Estado e a sociedade, o pacto da ordem e da lei e nele o pacto da atualização e modernização da lei, até mesmo por iniciativa popular (p. 118).

Baseado no conceito de anomia de Durkheim, que se refere a situações de mudança social que não são acompanhadas pela consciência social que lhes deveria corresponder, Martins fala em anomia dos movimentos sociais. Para ele, o cenário político do governo FHC seria de inclusão da Reforma Agrária na agenda política e os movimentos sociais se portavam como se não reconhecessem esse fato. O conhecimento mediador da ação dos movimentos sociais estaria preso a esquemas de interpretação gerados em outro momento histórico e, portanto, em descompasso com a realidade e preso a fundamentalismos (MARTINS, 2000, p. 66).

O autor parece considerar o Governo FHC um momento especial no jogo de forças que caracteriza a política no Brasil, abstraindo a situação de impasse que envolve a questão agrária e os limites impostos à ação do Estado pelo poder das elites ligadas ao agronegócio. Segundo ele, caberia aos movimentos sociais a adoção de uma postura cooperativa e a “ação política competente”, que seria definida como a “necessária e inevitável negociação e o acordo quanto à viabilidade, à extensão, à forma e à qualidade da reforma” (MARTINS, 2000, p. 25-26, 68).

Como punição pelo “mau comportamento” do MST e visando dividir sua base, o Governo FHC extingue o Programa de Crédito Especial

---

<sup>3</sup> Ele passa a escrever em defesa do Governo FHC, criticando fortemente as ações do MST e da CPT, que, ao questionarem os limites da política agrária deste governo em lugar de se sentarem para negociar o “possível”, estariam realizando um “monólogo antipolítico” e deixando de realizar a verdadeira política. O seu livro *Reforma Agrária: o impossível diálogo*, publicado em 2000, é um marco em sua produção nesse sentido.

para a Reforma Agrária (PROCERA) em julho de 1999, entre outras medidas, redirecionando parte dos recursos para segmentos da produção agrícola familiar “consolidada” em detrimento dos produtores assentados. O Governo se queixa do peso crescente das demandas da “clientela” da reforma agrária que precisa ser “emancipada” do INCRA, enquanto vários estudos que analisam o impacto dos assentamentos reconhecem como um dos principais ganhos da luta pela reforma agrária no país o fato de os sem terra, segmento tradicionalmente excluído da população, tornarem-se visíveis aos olhos do Estado por aprenderem a lutar por seus direitos de cidadãos para além do direito à terra. (LEITE *et al.*, 2004; MEDEIROS; LEITE, 2004; MARQUES, 2000)

O MST massifica a luta e diversifica suas formas de ação, firmando-se como interlocutor privilegiado do Estado com os sem terra. A reforma agrária é mantida na agenda política com muito custo, pois, além de contrariar os interesses do agronegócio, ela passa a ser questionada em sua eficiência como política pública. Contudo, importantes conquistas democráticas também ocorrem neste período. É exemplo disso a aprovação de leis como as do Rito Sumário<sup>4</sup>, da participação do Ministério Público em todas as etapas do processo de reforma, e a do Imposto Territorial Rural (ITR) em 1996. A criação da Ouvidoria Agrária Nacional, em 1999, com a missão de garantir os direitos humanos e sociais no campo e de prevenir e evitar confronto entre trabalhadores sem-terra e proprietários, também constitui outra importante conquista<sup>5</sup>.

O Governo Lula inaugura a terceira fase, que corresponde a um momento de inflexão em relação ao período anterior, porém sem descontinuidade. A economia continua a ser conduzida de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Governo FHC e o setor do agronegócio mantém-se no papel de importante beneficiário e colaborador da política econômica. O número de famílias assentadas ao longo dos três anos do Governo Lula tem sido muito inferior ao estabelecido no Plano de Reforma Agrária apresentado no início do mandato. Contudo, novas contradições surgem nas relações entre o MST e o Estado.

---

<sup>4</sup> A Lei Complementar (LC) n.º 76, de 6 de julho de 1993, dispôs sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, e determinou a aplicação subsidiária, no que coubesse, do Código de Processo Civil.

<sup>5</sup> A Ouvidoria Agrária Nacional é um mecanismo importante de mediação dos conflitos no campo. Todavia, o órgão padece das mesmas limitações que os demais órgãos encarregados da condução da política agrária: não possui estrutura, pessoal e recursos para realizar seu trabalho.

Representantes dos movimentos sociais e organizações de apoio à luta pela terra são nomeados para cargos importantes no INCRA e no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Observa-se um aumento significativo na liberação de recursos para diferentes organizações relacionadas direta ou indiretamente com os sem terra e com os assentados, incluindo o MST, para o desenvolvimento de projetos nas áreas de educação, formação, assistência técnica<sup>6</sup>. Essas ações contribuem para o fortalecimento de ramificações dos movimentos sociais no terceiro setor.

Por outro lado, os movimentos sociais viveram recentemente uma derrota no Congresso. Em 29 de novembro de 2005, depois de dois anos de duração, foi encerrada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana (CPMI da Terra). Seu relatório, aprovado por 13 votos a oito, classifica as ações de ocupação de terra como atividade terrorista e crime hediondo. Na verdade, refletindo o grau de polarização que envolve esta problemática, desenvolveram-se paralelamente duas CPMI's. A dos ruralistas, cuja finalidade era atingir os movimentos sociais de trabalhadores rurais, em especial o MST, procurando criminalizar suas principais lideranças. E a dos parlamentares que apóiam a causa da reforma agrária, que realizou um diagnóstico da situação fundiária e identificou forte relação entre o elevado grau de concentração de terras e a ocorrência da violência no campo (TELLES MELO, 2006).

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo* (SCOLESE, 2006) o último levantamento da Ouvidoria Agrária Nacional indica que a quantidade de sem-terras acampados aumentou enormemente neste ano eleitoral. Registrou-se a existência de 230.813 famílias acampadas, o equivalente a 1 milhão de homens, mulheres e crianças. Quando o presidente Lula foi eleito, em outubro de 2002, a contabilidade oficial apontava 60 mil famílias acampadas.

O número de sem terra cresce porque o governo não avança na criação de assentamentos, mas também porque, com mais recursos, os movimentos se tornam mais fortes e mais ativos junto à base. O MST tem hoje uma relação ambígua com o Governo Lula, crítica a lentidão e ineficiência

---

<sup>6</sup>Contudo, é preciso considerar o peso relativo representado por esses recursos. Na última década (1995-2005), foram transferidos R\$ 41,7 milhões à Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), Confederação Nacional das Cooperativas do Brasil (Concrab) e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Itterra); enquanto organizações ruralistas receberam R\$ 1,052 bilhão dos cofres públicos, seja por meio de convênios ou mediante contribuição compulsória fixada em lei. Esses dados revelam que as organizações ruralistas receberam 25 vezes mais recursos do governo do que as entidades ligadas aos trabalhadores (TELLES MELO, 2006).

de sua política de reforma agrária, mas se mostra mais tolerante com ele e não nega um possível apoio à sua reeleição. Se antes as ocupações de terra e caminhadas eram feitas pelo movimento como manifestações em favor da realização da reforma agrária, agora é para sua “agilização”.

### **MST, identidade e projeto político**

A trajetória do MST atravessa diferentes governos e momentos políticos e evidencia sua capacidade de organização e resistência. Para compreender melhor o que é o movimento, é preciso refletir sobre seus projetos políticos e as identidades que assume em sua trajetória.

Entende-se que a atuação de um movimento social não se desenvolve de forma linear, pode incluir avanços e retrocessos, bem como discontinuidades. O movimento social vai se criando a partir da luta, de encontros e desencontros, de conflitos externos, mas também de conflitos internos ao próprio movimento e à sua base de sustentação.

A história do MST tem sido marcada por seu envolvimento com diferentes frentes de luta convergentes entre si, questionando estruturas de dominação relativas à esfera da produção, da distribuição e da cultura. São exemplos disso: os seus embates com a classe dos proprietários de terra; as lutas pela reforma agrária, por créditos para a produção, por saúde e educação junto ao Estado; a luta por igualdade de gênero em diferentes esferas sociais, etc.

O MST se define como um movimento popular desde o início porque, apesar de lutar pela terra e pela reforma agrária, sempre esteve aberto e aceitou entre os seus membros pessoas de origens sociais diversas que se identificassem com sua luta (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 33). A grande heterogeneidade da base social que o constitui é responsável pela existência de uma diversidade de perspectivas e de interesses no interior do movimento. Os embates se superpõem e se somam, as utopias se inter cruzam, os mediadores e sujeitos sociais se encontram na busca da construção de um projeto político a partir do debate entre diferentes concepções ideológicas.

Desde sua origem, o movimento recebe a influência das matrizes ideológicas cristã e marxista-leninista e a luta pela terra é concebida como uma etapa no processo de transformação social, seja para a construção da justiça cristã, seja na direção do socialismo. Para a igreja, a utopia camponesa de afirmação de um modo de vida que tem o uso como valor e nega o mercado como fundamento primeiro das relações sociais, estaria muito próxima de seu ideal de comunidade cristã. De acordo com a matriz

ideológica herdada do partido comunista, o modo de vida camponês é visto como representante do atraso, a ser superado junto com o latifúndio pela instituição de novas relações de produção no campo e pela revolução do proletariado.

Além dessas duas influências contraditórias, dentre as quais a perspectiva marxista tem apresentado prevalência, observa-se também o reconhecimento da legitimidade de conflitos que caracterizam os novos movimentos sociais como a questão ambiental e de gênero e a incorporação de alguns de seus elementos a seu projeto político. O MST tem um setor especificamente voltado para tratar da questão de gênero e procura garantir a participação da mulher na luta desde a sua formação, mas se preocupa em afirmar a prioridade da luta de classes em detrimento dessa questão. A discussão das relações de gênero traz uma tensão constante para dentro do movimento, tendo em vista a tradição patriarcal do campo brasileiro<sup>7</sup>.

Ao englobar lutas tão diversas, o MST amplia o alcance de sua crítica social bem como seu espectro de ação em comparação com outros movimentos sociais. Porém, o grau de organização necessário para atuar em todas essas frentes, muitas vezes, entra em contradição com sua reprodução enquanto movimento social.

Apesar de se constituir um ambiente de efervescência da crítica social, a identidade de sem terra reflete a centralidade da luta pela terra como motor principal do movimento. Contudo sem terra é, por definição, uma identidade conjuntural, na medida em que, uma vez alcançado o objetivo que move a luta, ela perde sua legitimidade social. Assim, por trás da identidade de sem terra, o movimento tem afirmado sempre uma identidade de classe, reveladora de sua interpretação sobre a realidade e identificação dos processos sociais que geram a exclusão da terra.

A identidade de trabalhador rural emerge, apoiada na tradição marxista, a partir da identificação do latifúndio como o principal problema a ser enfrentado e da reivindicação da “terra para quem nela trabalha”. A reforma agrária seria o caminho para a superação do atraso no campo, representado pelo latifúndio que fundamenta uma ordem social marcada

<sup>7</sup> As primeiras organizações de trabalhadoras rurais aparecem no Brasil nos anos 1980 estimuladas pela Igreja Católica, movimento sindical e partidos políticos. Na constituinte de 1988, estas organizações são bastante ativas e pela primeira vez, discute-se em nível nacional a negociação de políticas públicas que levassem em conta questões específicas das mulheres trabalhadoras rurais. Em 2003, é criado o Movimento das Mulheres Camponesas com o objetivo de unificar a luta, reunindo inúmeros movimentos de mulheres rurais existentes no país, inclusive lideranças que militavam no interior do MST.

pela concentração da terra nas mãos de poucos e o seu uso para fins de especulação.

Com a “entrada na terra” os sem terra, agora assentados, têm que enfrentar inúmeros desafios para se estruturarem como produtores e conseguirem sobreviver no mercado. Nos anos 1990, o MST desenvolveu experiências cooperativistas tanto como uma alternativa econômica, como política. Porém, diante do insucesso de muitas dessas experiências, ele é levado a reconhecer os limites e contradições da proposta coletivista para uma base social movida pela utopia camponesa e inserida numa agricultura capitalista monopolista.

As dificuldades impostas à agricultura de base familiar pelas múltiplas ramificações do grande capital nos negócios relacionados ao agro, somadas às experiências acumuladas nos assentamentos rurais depois de mais de uma década de luta, levam o movimento a re-elaborar o seu discurso, identificando como inimigo principal o agronegócio e reivindicando a substituição do modelo de agricultura dominante.

O movimento adota um novo papel como sujeito político e passa a criticar abertamente a orientação geral da economia, ao mesmo tempo em que se volta para a sociedade, conclamando-a a abraçar a causa da reforma agrária. Cada vez mais são realizadas manifestações de massa nas grandes cidades, como caminhadas, acampamentos e ocupações de prédios públicos.

A expansão do agronegócio e sua atuação monopolista na produção agrícola e no mercado (integrando indústria e grandes redes de comercialização) esvaziam a possibilidade de reprodução da produção familiar. A abrangência e poder de destruição de outras formas de produção e dos recursos naturais apresentados por esse segmento da economia, em sua ação totalizante sobre o campo, é responsável pela convergência entre a resistência camponesa e a crítica ecológica ao seu modelo de agricultura.

A reforma agrária passa a ser concebida como um meio para a superação da face bárbara hoje exibida pela modernidade. Em lugar da defesa do projeto cooperativista como único caminho, o Movimento passa também a incentivar experiências como a agricultura agroecológica e diferentes formas associativas. O MST desperta para a convergência entre a sua luta e outras lutas desenvolvidas por povos indígenas e populações tradicionais contra a privatização da terra, do patrimônio cultural e dos recursos naturais.

Reacende o debate entre pró e pós campesinistas no interior do movimento. Curiosamente, sua filiação à Via Campesina e adesão à luta

camponesa internacional ocorre quando sua base social é cada vez mais heterogênea. O MST mantém a identidade de trabalhador rural, que faz referência a uma concepção mais antiga da luta pela terra como equivalente da luta operária no campo. Ao mesmo tempo, passa a se definir como um movimento camponês e, nesse sentido, assume uma postura crítica contra a privatização dos recursos genéticos e naturais e dos bens públicos em geral, vinculando-se às lutas antiglobalização.

A identidade camponesa não se sustenta apenas pelo apelo à origem social dominante no grupo, mas sobretudo pelo projeto político e social que ele defende. Nesse contexto, a luta pela terra não se resume a uma luta pelo acesso a um meio de produção, ela adquire um significado multidimensional, sendo concebida como uma luta em defesa da reprodução da vida e da morada da vida. A utopia camponesa é reinventada e os assentamentos passam a ser concebidos como território de vida.

Nesse sentido, é possível desvendar o aparente paradoxo representado pela incorporação de excluídos urbanos nas fileiras do MST. Há uma convergência na negação do processo de proletarização entre aqueles que nele não querem entrar e os que dele querem sair. A luta pela terra representa também a negação da cidade enquanto lugar onde são vivenciadas a dependência exclusiva da renda monetária e a ameaça de violência e desestruturação da família, além da falta de moradia e trabalho.

Vale a pena refletir sobre o que diz a proposta da *Comuna da Terra*<sup>8</sup>. Ela fala do desejo de um urbano (centralidade e multifuncionalidade) realizado no campo. A refundação do campo como forma espacial que abriga uma nova sociabilidade, capaz de dialogar com o tempo da natureza e o tempo das modernas tecnologias, evitando a determinação do tempo do mercado. Essa nova sociabilidade guardaria elementos importantes da utopia camponesa, mas vai além dela, na medida que reafirma a autonomia no processo de trabalho como um valor, mas propõe uma reinvenção da vida em que o morar, o produzir e o desfrutar possam se realizar juntos e se constituir como meio de emancipação política. Curiosamente, a proposta das Comunas da Terra contém muito da crítica do fenômeno urbano desenvolvida por Lefébvre (1999).

---

<sup>8</sup> Propõe-se, em linhas gerais, a criação de assentamentos organizados em pequenos lotes, com cerca de dois a cinco hectares, voltados para a produção de alimentos para o abastecimento da família assentada e do mercado urbano, e para a oferta de serviços como, por exemplo, de turismo rural. (MATHEUS, 2003)

### **MST e democracia: algumas considerações**

O MST é um movimento social que luta há mais de 20 anos pela realização da reforma agrária no Brasil. Uma de suas principais conquistas é o fato de ter colocado a reforma agrária na agenda política nacional com impactos sobre a nossa cultura política. São milhares de assentamentos conquistados, mais de 80% dos assentamentos rurais criados pelo Estado resultam das ocupações de terra e acampamentos realizados pelos movimentos sociais, com destaque para o MST.

Este movimento também tem realizado ações expressivas em outras frentes, como na produção e na educação. Em relação à primeira, tem desenvolvido experiências cooperativas e associativas diversas e começa a desenvolver experiências de produção agroecológica com o objetivo de viabilizar economicamente os assentamentos e criar alternativas ao modelo de agricultura hegemônico.

Na área de educação, foi responsável junto com outras entidades pela elaboração de uma proposta pedagógica específica para o campo, denominada *Educação do Campo*, influenciando a definição de políticas do Estado para a área. Atua diretamente nas escolas públicas criadas nos assentamentos em que está presente e mantém escolas nos acampamentos. No estado do Rio Grande do Sul, as escolas dos acampamentos, denominadas *Escola Itinerante*, são reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação desde 1996.

Destacam-se ainda suas ações no campo político nos níveis regional, nacional e internacional:

- No nível regional, observa-se sua influência para a mudança da cultura política no campo brasileiro, contribuindo para consolidar um processo cujo início antecede a formação do MST e remonta a meados do século XX. Observa-se o esvaziamento e a limitação dos poderes dos senhores de terra na medida que as relações de trabalho vão sendo alteradas, vão sendo rompidos os laços pessoais de dominação e surgem novos mediadores na relação entre os trabalhadores rurais e o Estado como os sindicatos, partidos políticos, associações, a Igreja, etc.

A militância no MST, seja na luta pela terra, seja nos embates travados ao longo do processo de constituição dos espaços dos assentamentos, representa um importante *aprendizado político*. Estes sujeitos sociais aprendem que têm direitos, que podem e devem pressionar o Estado. Aprendem a refletir sobre seus problemas coletivos, a buscar soluções, propor alternativas,

realizar alianças e estabelecer parcerias com diferentes organizações da sociedade civil, bem como com o próprio Estado. Também aprendem a participar mais ativamente do jogo democrático e, em alguns casos, chegam a propor candidatos próprios para participar do processo político-eleitoral.

- No nível nacional, essas alianças ganham maior amplitude, articulando diferentes espaços de nosso território (o MST está presente em 23 das 26 unidades da federação) e dando maior força ao movimento. São firmados laços de apoio e solidariedade com outras lutas populares. Dentre elas, se destaca o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), criado no final da década de 90 com o objetivo de lutar ao lado dos excluídos urbanos pela terra urbana e contra a especulação imobiliária. O MST também tem se empenhado, junto com outras organizações da sociedade civil, na construção de um projeto popular para o Brasil.

- No nível internacional, sua filiação à Via Campesina tem sido fundamental para consolidar a atuação desta organização na América Latina, assegurar a defesa de suas bandeiras no território brasileiro e fortalecer o discurso do movimento contra o modelo agrícola hegemônico.

Essas realizações explicam o reconhecimento que o MST alcançou nos cenários nacional e internacional. A ideologia revolucionária do movimento e a importância política por ele alcançada são fatos que, aliados ao atual momento histórico, têm despertado grandes expectativas, mas também receios em torno de suas ações e projetos futuros. O avanço da acumulação por espoliação sobre a terra e os recursos naturais tem gerado a ampliação e radicalização de conflitos no campo e desafiado a sustentabilidade das instituições democráticas na medida em que contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais.

## Referências

BRUNO, R. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRJ, 1997.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (Org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 195-216.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEFÉBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

- LEITE, S. *et al.* (Coord.) *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA/NEAD, 2004.
- MARQUES, M. I. M. *De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho-GO*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo.
- MARTINS, J. S. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MATHEUS, D. *Comunas da Terra: um novo modelo de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2003. Trabalho de conclusão do Curso (Realidade Brasileira) - UFJF e Escola Nacional Florestan Fernandes, Juiz de Fora. Grandes Pensadores Brasileiros.
- MEDEIROS, L.; LEITE, S. (Org.) *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- PALMEIRA, M.; LEITE, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SCOLESE, E. Sem-Terra acampados já somam 1 milhão sob Lula. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 maio 2006.
- STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- TELLES MELO, J. A. (Org.). *Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- TORRENS, J. C. S. O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: MEDEIROS, L. S. *et al.* *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.